

**Dora Lucia
de Oliveira**

Departamento de
Enfermagem Materno-
Infantil, Escola de
Enfermagem, Universidade
Federal do Rio Grande do Sul,
Porto Alegre, Brasil.
dora@enf.ufrgs.br

O artigo de Spink enfoca um tema praticamente impensável no campo da saúde pública – o de um certo sentido positivo para risco. Interpretado desde um ponto de vista preventivista e individualista, “risco” é predominantemente visto pela saúde pública como resultado de escolhas equivocadas de estilos de vida, salvo quando o risco em questão tem relação com fenômenos naturais. Tendo incorporado significados eminentemente negativos (mesmo quando usado no sentido de aventura), “risco à saúde” tem a ver com culpa, irresponsabilidade, incompetência e ignorância. Um exemplo clássico é a abordagem sanitaria do “problema” da adolescência. Teses sobre o comportamento de risco dos adolescentes, têm sido embasadas numa perspectiva essencialista, que propõe como “natural” o espírito aventureiro de “todos” os adolescentes. Considerado como negativo, porque põe em risco a integridade física do indivíduo, esse ímpeto dos adolescentes pela aventura é entendido como associado a outras características “naturais” da adolescência, tais como imaturidade e senso de invulnerabilidade. Isso tem rendido aos adolescentes um lugar de destaque nos discursos e ações preventivas da nova saúde pública. A solução apontada para o problema tem sido promover a “correção” (via informação) das percepções e atitudes “equivocadas” dos adolescentes frente a situações de risco, com o intuito imediato de modificar seus comportamentos e de torná-los competentes no “cuidado de si”. Dado que comportamentos e percepções de risco são “sociais” e “culturais”, além de individuais, muitas dessas ações acabam frustradas, como é o caso das ações de prevenção da AIDS. É interessante essa ênfase da saúde pública na negatividade do risco, apesar de clara a sua base ideológica neo-liberal, a qual em outros campos admite a positividade do risco. Em *Free to Choose*, Friedman & Friedman (1980) argumentam que correr risco é bom e que a tendência de tomar decisões arriscadas é uma característica positiva de sujeitos empreendedores. Nessa perspectiva, aqueles que estão dispostos a correr riscos adquirem o direito de recolher os benefícios que possam advir de decisões arriscadas, tais como aumento de renda e melhor nível de saúde e educação. Este parece ser um forte argumento na modernidade tardia, na medida em que mesmo os teóricos da igualdade social, como Philips (1999), para os quais privilégios resultantes de desigualdades herdadas são imorais, tendem a aceitar privilégios que resultem de escolhas arriscadas. Volto ao argumento de

Spink sobre a emergência do risco-aventura como metáfora da modernidade tardia, com o qual concordo. E há muitos outros sentidos modernos de risco a descobrir e explorar. É o caso de risco como metáfora de autonomia, uma maneira de apresentar o *self* como em controle de si numa sociedade na qual o risco é onipresente, e o “cuidado de si” não significa mais optar por escolhas seguras, mas escolher que riscos correr. Esta concepção de risco como auto-governo ficou claramente evidenciada nas falas das adolescentes que entrevistei em uma pesquisa sobre “formas de ver” os riscos do sexo, recentemente concluída (Oliveira, 2001). O problema é que teses sobre a diversidade semântica, sobre lógicas e racionalidades do risco, como a minha própria, a defendida no artigo de Spink, a de Giddens (1996), de Beck (1992) ou mais especificamente, na área da saúde, a de Petersen & Lupton (1996), ainda são estranhas aos paradigmas da saúde pública. No campo da saúde “risco” tem um significado monolítico, podendo variar limitadamente conforme os *experts* que o define. Definições epidemiológicas de risco têm produzido discursos do tipo “risco é...”, deixando pouco espaço para concepções de risco que utilizem outros parâmetros. Nessa perspectiva o conteúdo cultural das concepções de risco dos indivíduos é desvalorizado e tido como algo que influencia interpretações subjetivas (e por isso potencialmente equivocadas) sobre o que a ciência define como verdade sobre risco. Como no uso de risco no sentido de aventura, o entendimento de risco como auto-governo é evidência de que na modernidade tardia há novos sentidos para ele, produzidos em resposta ao que Spink chama de “*imponderabilidade e volatilidade dos riscos manufaturados*”. O reconhecimento da existência de diferentes sentidos para risco seria um bom começo para a necessária revisão da concepção sanitaria de risco, a qual, com raras exceções, tem sido arrogantemente proposta como verdade.

- FRIEDMAN, M. & FRIEDMAN, R., 1980. *Free to Choose*. London: Secker & Warburg.
- BECK, U., 1992. *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage Publications.
- GIDDENS, A., 1996. *Modernity and Self-Identity*. Cambridge: Polity Press.
- PETERSEN, A. & LUPTON, D., 1996. *The New Public Health: Health and Self in the Age of Risk*. London: Sage Publications.
- PHILIPS, A., 1999. *Which Equalities Matter?* Cambridge: Polity Press.
- OLIVEIRA, D., 2001. *Adolescent Woman Talk of HIV/AIDS Risk: Reconceptualizing Risky Sex – What Implications for Health Promotion?* Ph.D. Thesis, London: Institute of Education, University of London.